

1 **TIPO DE DOCUMENTO: Ata Deliberativa de Reunião**

2  
3 **EVENTO:** 9ª REUNIÃO DO COMITÊ DO PLANO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO  
4 DESMATAMENTO E QUEIMADAS DO ESTADO DO AMAZONAS - PPCDQ – AM, NO DIA 21 DE  
5 DEZEMBRO DE 2021.

6  
7 **ENTIDADES PARTICIPANTES:** Eduardo Costa Taveira (SEMA), Raimundo Nonato Marques  
8 Chuvas (IPAAM), Valdenor Cardoso (SEPRO/IDAM), Luís Fernando (ADAF); Wilson Rocha  
9 (ADAF); Daniel Araújo Alves (Delegado – SP/PF/AM); Mario Anibal Gomes da Costa Junior  
10 (Tem. Cel. QOBMMajor/CBMAM); José Sandro da Mota Ribeiro (SEDECTI); Carlos Eduardo de  
11 Oliveira (IBAMA); Sérgio de Freitas Prazeres Filho (CPAmb/PMAM); Carlos Cesar Rufino  
12 (DEMA/SSP/AM); Camila Souza (SEDUC); Ismael da Costa Silva (SECT-AM); Ricardo Luiz  
13 Monteiro Francisco (SECT-AM). **Convidados:** Dra° Ieda (DEMA); DR° Pablo Melo de Souza  
14 (POLICIA FEDERAL); **Ouvintes:** Maycon Douglas (SEMA) Walldelice Holanda Salgado (SEMA);  
15 Maria Edilene (SEMA); Beatriz de Souza (SEMA); Ângela da Silva (SEMA); Sheron Macedo  
16 (SEPROR); Pablo Dias (ADAF); Thiago Salles (ADAF); Maria Canto (PREFEITURA DE Novo  
17 Aripuanã); Cavaletti (SECT-AM); Denys de Araújo (CPAMB).

18  
19 **ABERTURA E INÍCIO DA REUNIÃO.** O Secretário de Estado do Meio Ambiente – SEMA,  
20 **Eduardo Costa Taveira**, deu início a reunião desejando boas vindas às instituições e seus  
21 respectivos representantes. Destacou que este Comitê é presidido pela Casa Civil, vinculado  
22 diretamente ao Governador do Estado, sendo um requisito de atendimento ao Plano Estadual  
23 de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado do Amazonas - PPCDQ –  
24 AM, com a presença dos Ministérios Públicos Estaduais e Federais, representando um  
25 momento de prestação de contas e controle social das atividades de controle e prevenção do  
26 desmatamento e queimadas. O Secretário apresentou a pauta da reunião, na qual constavam  
27 os seguintes itens: 1. Apresentação do cenário do desmatamento e queimadas; 2. Resultados  
28 da Operação Tamoioatá; 3. Apresentação do balanço das atividades realizadas durante o ano  
29 de 2021 pelas instituições parceiras do PPCDQ-AM; 4. Antecipação das operações no  
30 calendário de 2022; 5. Apresentação da readequação do Projeto Floresta Viva; 6. Discussão  
31 para construção do Plano Estadual de Controle de Emissão Atmosférica do Estado do  
32 Amazonas. Após a apresentação da pauta, o Secretário Eduardo Costa Taveira iniciou sua fala  
33 sobre o primeiro item: **1. Apresentação do cenário do desmatamento e queimadas** relativo  
34 ao Panorama do Desmatamento no Amazonas, de primeiro de janeiro a nove de dezembro do  
35 corrente ano. Informou que foram utilizados os dados do Sistema de Detecção do  
36 Desmatamento em Tempo Real - DETER, demonstrando o *ranking* de cada estado da  
37 Amazônia Legal em que o Amazonas ficou em segundo lugar, depois o Estado do Pará. O  
38 estado de Mato Grosso teve diminuição, enquanto Rondônia e Acre tiveram aumento  
39 substancial. Observou ainda que o problema do Amazonas está no sul do estado, pois  
40 extraindo-se Apuí e Lábrea, o estado não teria nenhum município na lista dos dez mais  
41 representativos, com destaque ainda para Porto Velho, sendo a única capital que entrou nesse  
42 *ranking*, demonstrando também a pressão refletida no sul do estado do Amazonas. Referente



43 ao panorama do desmatamento no Amazonas, o Secretário Eduardo Taveira fez ressalva  
44 quanto ao tamanho do estado e da área de reserva florestal do Amazonas e Pará, o que  
45 influencia no fato do impacto do desmatamento ser maior. Nessas áreas considerando a  
46 comparação de 2020 e 2021, observou-se aumento de 43% de janeiro a dezembro. Demonstrou  
47 que no *ranking* dos municípios, a concentração está no sul do estado e ainda com pressão em  
48 Maués. Lábrea e Apuí apresentam maiores alertas de desmatamento, sendo que estes sofrem  
49 pressão de Rondônia, Mato Grosso e Pará. O Secretário Eduardo Taveira destacou que em  
50 novembro de 2021, houve redução de 56% nos alertas de desmatamento e o período crítico  
51 encontra-se entre os meses de julho a setembro, contudo, observou-se um aumento atípico  
52 no mês de maio, em decorrência principalmente dos reflexos da pandemia. Entretanto, com  
53 avanço das ações em campo, realizado do mês de agosto até novembro, os alertas de  
54 desmatamento diminuíram. Seguindo a apresentação, o Secretário Eduardo Taveira  
55 demonstrou os dados por categoria fundiária, apontando que houve uma concentração e  
56 aumento do desmatamento em assentamentos federais, de gestão/responsabilidade do  
57 INCRA, com áreas complexas de atuação, por exemplo: no município de Apuí, destacando-se  
58 o PA (Projeto de Assentamento) do Juma, e em Lábrea, em uma área que fora previsto  
59 assentamento. Houve ainda, contribuição ao desmatamento nas glebas federais e estaduais,  
60 destacando que as glebas estaduais, apesar de existirem áreas sem destinação efetiva,  
61 pertencem ao estado, e, portanto, a Secretaria de Cidades e Territórios - SECT tem um papel  
62 importante de gestão. Posteriormente, demonstrou os dados referentes às áreas protegidas,  
63 em que ocorreu aumento do desmatamento nas Terras indígenas e uma redução significativa  
64 nas Unidades de Conservação, tanto federal como estadual, ou seja, nas áreas que possuem  
65 algum grau de gestão, há um nível de resposta ao controle do desmatamento, em decorrência  
66 do monitoramento, atuação da equipe e interação maior com as comunidades. Quanto ao  
67 panorama das queimadas, observou-se, que com as operações de combate ao desmatamento  
68 obteve-se uma redução significativa nas queimadas, ponderando que as chuvas não foram  
69 determinantes para este resultado, pois a variação das chuvas com anos anteriores não foi  
70 significativa. O Secretário Eduardo Taveira destacou ainda que as queimadas representavam  
71 uma preocupação por conta da pandemia da COVID-19, uma vez que a qualidade do ar tem  
72 relação direta com problemas respiratórios. Quanto ao *ranking* das queimadas (2020-2021),  
73 o Amazonas ficou em terceiro lugar com redução de 32% e os estados do Pará e o Mato Grosso  
74 obtiveram redução, assim como os demais estados da Amazônia Legal. Referente aos dados  
75 mensais dos focos de queimadas, constatou-se que o Amazonas teve redução em julho,  
76 setembro e novembro. Quanto à distribuição geográfica, nota-se que nos meses de janeiro,  
77 fevereiro e março a pressão maior é no Alto Rio Negro e Calha do Rio Negro, vinculadas a  
78 agricultura familiar, o que também contribuiu para o crescimento em áreas indígenas. Nas  
79 categorias, segue o mesmo padrão do desmatamento, com maior contribuição nos  
80 assentamentos e glebas federais. Dando prosseguimento, o Secretário Eduardo Taveira  
81 passou a apresentar a análise entre o número de focos de calor em relação ao CAR e a  
82 vegetação, na qual houve aumento de queimadas tanto em áreas de desmatamento recente,  
83 quanto em consolidado, assim como nas áreas de vegetação primária, que também houve  
84 aumento, mas não foi o principal problema. Referente ao CAR, as áreas sem cadastro



85 ambiental apresentaram maior número de queimadas, sendo que no Amazonas esse dado  
86 relaciona-se ao problema de grilagem de terras. Quanto à cobertura do solo, o Secretário  
87 Eduardo Taveira ponderou que o estado do Amazonas, sendo o maior estado federativo, tem  
88 resultado positivo de conservação ao longo de sua história, com 98,19% de coberta por áreas  
89 naturais, conforme dados Mapbiomas de 2020, sendo que, apenas 1,70% da área do  
90 Amazonas, está relacionada às atividades agropecuárias (pastagem). Quanto à área não  
91 vegetada (infraestrutura urbana), esta corresponde a apenas 0,04% de ocupação do solo,  
92 entretanto, enfrenta-se problemas graves de pobreza, falta de infraestrutura, falta de políticas  
93 públicas na maioria das cidades, reforçando o desafio quanto ao combate ao desmatamento  
94 e de ordenamento, especialmente no sul do estado. Demonstrou que de 1999 a 2020 houve  
95 perda florestal e aumento das áreas de pastagens, mas são mínimos considerando-se a  
96 extensão do estado. Seguindo a pauta da reunião, no item **2. Resultados da Operação**  
97 **Tamoiotatá** o Sr. **Raimundo Chuvas**, do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas -  
98 IPAAM, destacou os resultados das atividades desenvolvidas durante dez meses nos  
99 municípios do sul do Amazonas, que são os mais afetados pelo desmatamento e queimada.  
100 Nesse período, foram embargadas 14 mil de área, com valor em multa de R\$ 55 milhões, em  
101 126 multas. A perspectiva é que em 2022, na segunda semana, os resultados sejam mais  
102 positivos, usando mais a tecnologia e aprimorando a utilização dos *tablets*. Quanto ao  
103 questionamento de não haver uma base no município de Boca do Acre, nos moldes de Apuí e  
104 Humaitá, o Sr. Chuvas explicou que o IPAAM ainda não tem equipe e estrutura necessária,  
105 contudo, estão estudando uma nova maneira de atuação para cobrir toda a região. Na  
106 sequência, o **General Mansur**, Secretário de Segurança Pública do Estado do Amazonas,  
107 destacou a satisfação da SSP, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e Polícia Civil no trabalho de  
108 combate às queimadas e desmatamentos por meio da Operação Tamoiotatá, conjuntamente  
109 com a SEMA e IPAAM. Reportou que a Secretaria de Segurança Pública atuou com as viaturas  
110 do Corpo de Bombeiros e contou com o apoio da SEMA, do Ministério da Justiça e Segurança  
111 Pública que disponibilizou a Força Nacional do Batalhão Ambiental da Polícia Militar, das  
112 Unidades Especializadas da Polícia Militar, da Delegacia de Meio Ambiente da Polícia Civil e da  
113 Defesa Civil. Os municípios de atuação foram: Humaitá, Apuí, Boca do Acre e Novo Aripuanã.  
114 Relativo às oportunidades de melhoria, o General Mansur destacou que é importante iniciar  
115 as atividades mais cedo, absorver as experiências adquiridas em 2021 e melhorar a atuação  
116 em 2022. Ratificou a continuidade de apoio à Operação por parte da Secretaria de Segurança  
117 Pública com os devidos ajustes necessários quanto à disponibilização de viaturas, combustível,  
118 e outros apoios já discutidos. Posteriormente, o Secretário de Meio Ambiente, **Eduardo**  
119 **Taveira**, parabenizou e agradeceu toda equipe da Segurança Pública por toda integração e  
120 atuação em 2021. O **Coronel Almir Cavalcante**, Secretário Executivo Adjunto de  
121 Planejamento e Gestão Integrada - SEAGI, reportou que reúne todos os órgãos semanalmente  
122 para tratar da referida Operação, no CICC, sendo que na última reunião foi definida a data do  
123 Workshop da Tamoiotatá para os dias 20 e 21 de fevereiro de 2022, no IPAAM. Na  
124 oportunidade, convidou os presentes para levarem as fotos para a apresentação de um vídeo  
125 institucional. Cel. Almir Cavalcante reiterou o apoio do CICC e que as dificuldades foram  
126 debatidas, complementando que em 2022 serão sanadas, tais como: viaturas especializadas



127 para o tipo do terreno, problema de aeronaves, dentre outras. Retomando a palavra, Sr.  
128 **Chuvas** do IPAAM destacou que além das atividades presenciais em campo, houve também  
129 atuação de maneira remota, sendo que no escritório foram lavradas quase 43 milhões em  
130 multas e 29 mil hectares de áreas embargadas, um trabalho de grande relevância e um  
131 excelente resultado em 2021. O Secretário **Eduardo Taveira** ressaltou a importância de  
132 comparar os dados do IPAAM de 2020 e 2021 e apresentar durante a reunião de  
133 encerramento da Operação. Em seguida, o assessor técnico da SEMA, **Sr. Maycon Castro**, deu  
134 seguimento a pauta com o item **3. Apresentação do balanço das atividades realizadas**  
135 **durante o ano de 2021 pelas instituições parceiras do PPCDQ-AM; 4. Antecipação das**  
136 **operações no calendário de 2022; 5. Apresentação da readequação do Projeto Floresta Viva;**  
137 **6. Discussão para construção do Plano Estadual de Controle de Emissão Atmosférica do**  
138 **Estado do Amazonas.** Apresentou o balanço das atividades do Plano PPCDQ-AM, iniciando  
139 pela educação ambiental que em parceria com o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar  
140 formaram 175 brigadistas. Em 7 municípios do Sul do Estado, realizaram 17 ações educativas  
141 com a Campanha “Floresta faz a diferença”, além das parcerias formadas com Defesa Civil,  
142 Corpo de Bombeiros, Prefeituras Municipais e órgãos federais. Em setembro, ocorreu o  
143 *webinar* sobre geotecnologias e sensoriamento remoto, realizado com 32 prefeituras, a XX  
144 reunião do Fórum Permanente das Secretarias Municipais do Meio Ambiente - FOPES na sede  
145 de Manaus, que reuniu 49 municípios. E, ainda, em outubro/novembro foram formados vinte  
146 servidores em “Uso e manuseio de drones”. Demonstrou que fora promovido o mutirão de  
147 retificação do Cadastro Ambiental Rural - CAR, no município de Boca do Acre, com a  
148 participação da SEMA, IDAM e IPAAM, no qual foram realizados 28 atendimentos. Quanto ao  
149 panorama geral do CAR no Amazonas, foram finalizados 141 cadastros com análise finalizada.  
150 Em seguida explanou sobre o Plano Estadual de Controle da Emissão Atmosférica do Estado  
151 do Amazonas, demonstrando a resolução do CONAMA nº 491 de 2018, que trata da qualidade  
152 do ar e estabelece critérios, procedimentos metodológicos e indicadores para implementação  
153 nos estados. Sendo que. A estratégia da SEMA é estabelecer parcerias entre o SEMA, IPAAM,  
154 UEA, UFAM, SEMMAS, DETRAN e SMTU, com o intuito de reunir os órgãos e discutir o Plano  
155 Estadual de Emissões e estabelecer uma ferramenta para monitoramento dos indicadores.  
156 Posteriormente, a proposta será submetida ao Comitê do PPCDQ-AM e ao Conselho Estadual  
157 do Meio Ambiente.  
158 Na readequação do Plano do “Floresta Viva” está previsto a aquisição de cem sensores para  
159 medição de qualidade do ar, com detecção de material particulado, concentração de dióxido  
160 de carbono, enxofre, dentre outros. O assessor relatou que o único estado que tem uma rede  
161 de monitoramento de qualidade do ar é o Acre, sendo que o *link* será repassado aos presentes.  
162 Ainda está previsto a aquisição de câmeras de vigilância para as áreas da BRs, sendo que fora  
163 encaminhada a minuta do Acordo de Cooperação Técnica para a Polícia Rodoviária Federal e  
164 a SEMA está aguardando para assinatura. O secretário **Eduardo Taveira** pontuou que assim se  
165 fecham todas as etapas do monitoramento relacionado às emissões e propôs que fosse  
166 realizada a integração dos dados ambientais na sala de monitoramento do IPAAM, a ser  
167 tratado com Diretor-Presidente Sr. Juliano Valente. Reiterou quanto a complexidade do  
168 Cadastro Ambiental Rural no Amazonas, tendo como responsável o IPAAM mas com destaque



169 para o papel do IDAM. Informou que a SEMA conseguiu aprovação do PROJECAR, o qual tem  
170 recursos para retificação do CAR por meio do IDAM. Quanto ao acordo da Polícia Rodoviária  
171 Federal, o Secretário destacou que as câmeras são as mesmas utilizadas pelo CICC no  
172 monitoramento, e ainda, com a parceria propõe-se colocar três câmeras no encontro entre a  
173 BR-319 e Transamazônica, com dados em tempo real do tráfego de carretas. Outra  
174 informação. É que o Banco KFW liberou o recurso para monitoramento com os *drones*, visando  
175 fazer mapeamento e monitoramento em tempo real e levantamento em 3D, sendo uma  
176 ferramenta importante para as operações de queimadas e desmatamento. Por fim,  
177 comunicou que será realizada a contratação dos brigadistas, tendo sido encaminhados os  
178 nomes à agência alemã KFW para contratação dos mesmos, além da aquisição do material dos  
179 bombeiros. O Secretário **Eduardo Taveira** reportou que a SEMA encaminhou ao Ministério do  
180 Meio Ambiente, ICMBio e IBAMA solicitação para a realização de trabalho integrado com o  
181 estado do Amazonas. O Sr. **Valdenor Cardoso**, Diretor-Presidente do Instituto de  
182 Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas – IDAM, propôs a  
183 realização de uma reunião no início de 2022 para discutir estratégias de atuação e ponderou  
184 que o IDAM elaborou uma nota técnica demonstrando que o agricultor familiar, com até 4  
185 módulos fiscais é impedido de produzir por conta de algumas interpretações equivocadas,  
186 [considerando 57 mil cadastros analisados, a antropização foi de 1,2%, compreendendo 60%  
187 nos municípios de Apuí, Manicoré, Humaitá, Lábrea e 40% nos demais 57 municípios do  
188 Amazonas]. Os desmatamentos descontrolados de grandes dimensões, em regras, são  
189 praticados por grileiros e traficantes que somem. Ponderou que está se aplicando o rigor da  
190 lei em todas as situações, até mesmo para plantio. Autorizados pelo código florestal para  
191 recomposição e proteção do solo e sequestro de carbono, portanto, há necessidade de  
192 ajustes. O Secretário **Eduardo Taveira** informou que nesse contexto, necessita-se retomar a  
193 regulamentação da LAC – auto declaratório, e que há necessidade de apoiar ao agricultor de  
194 até 4 módulos fiscais. Em nome da Polícia Civil, a Delegada Dra. Ieda, parabenizou pelos  
195 trabalhos realizados mediante as cobranças mundiais, nacionais, estaduais, municipais e  
196 sociais, destacando as atividades realizadas na Operação da Tamoioatá, cujos resultados da  
197 Polícia Civil serão apresentados no Workshop. Reportou ainda que há dificuldade de manter  
198 os infratores nas delegacias dos municípios por conta de falta de infraestrutura, solicitando  
199 que esta pauta seja posteriormente considerada. Não havendo mais manifestações, o  
200 **Secretário da SEMA, Sr. Eduardo Taveira**, encerrou a reunião e agradeceu a presença e  
201 participação de todos, em particular à Casa Civil, que apoia com as convocações, e demais  
202 instituições, desejando boas festas e um ano próspero.

203  
204  
205

**SECRETARIA EXECUTIVA DO PPCDQ-AM**

